

# Polícia é quem mais tortura no Brasil

O Distrito Federal fica em quinto neste ranking nacional

MÁRCIA DELGADO

A polícia é quem mais tortura no País. É o que revela relatório do Movimento Nacional de Direitos Humanos, mostrando que seis em cada dez casos de tortura são institucionais, a maioria cometida dentro das delegacias e unidades prisionais. O Distrito Federal, ainda de acordo com o relatório, aparece na quinta posição no ranking da tortura.

Os dados foram apresentados, ontem, durante abertura da IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos, na Câmara dos Deputados, que teve a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. De um total de 2.206 denúncias registradas pelo SOS Tortura, entre 2001 e 2003, 60,6% (1.336) foram classificadas como tortura institucional.

As maiores vítimas (51%) são pessoas suspeitas de crimes e 36,8% dos casos são para conseguir a confissão delas. Nada menos que 62% das denúncias recaem sobre as polícias Civil e Militar e 74% dos crimes ocorrem em delegacias ou unidades prisionais. O DF aparece com 62 registros, atrás de Minas Gerais, líder do ranking, São Paulo, Pará e Bahia.

A coordenadora do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Rosiana Queiróz, diz que as maiores vítimas de tortura são negros, pobres e de baixa escolaridade. "Os dados mostram o despreparo das polícias em investigar crimes", diz.

O crime de tortura é um dos temas a serem abordados durante a IX Conferên-



CRISTIANO MARIZ

O presidente Lula e o deputado João Paulo durante a Conferência

cia, que será realizada até sexta-feira. Na abertura do evento, o presidente Lula disse que a discussão deve servir para o amadurecimento dos valores humanistas no seio da sociedade.

"Temos uma tarefa coletiva a cumprir. Trata-se não apenas de punir o desrespeito aos direitos humanos, mas de transformar o desenvolvimento brasileiro em uma ferramenta para a construção de direitos", ressaltou Lula.

Esta é a primeira vez que a conferência, realizada em conjunto pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara e da Secretaria Especial dos

Direitos Humanos, vai ter poder deliberativo. A idéia é que, durante o encontro, sejam discutidas e aprovadas propostas de políticas públicas para combater a prática de violação dos direitos humanos no País.

A abertura da conferência, que tem como tema Construindo o Sistema Nacional de Direitos Humanos, foi bastante concorrida. Os presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente deputado João Paulo Cunha e senador José Sarney, e o ministro Nilmaro Miranda, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, estavam presentes.